

Informações Financeiras Intermediárias Condensadas (Individuais e Consolidadas)

Porto Sudeste do Brasil S.A.

30 de junho de 2026
com Relatório do Auditor Independente sobre a Revisão de
Informações Trimestrais

Relatório da Administração

1. Mensagem da Administração

A Administração da Porto Sudeste do Brasil S.A. - ("Porto Sudeste" ou "Companhia"), em observância aos preceitos legais e de acordo com a Legislação societária vigente vem submeter a apreciação de V.Sas. as Informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes, relativo ao trimestre findo em 30 de junho de 2026. Estamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos. Ao encerrarmos o segundo trimestre de 2026, a Diretoria externa seu reconhecimento aos fornecedores, empregados e bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

2. Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. ("EY") presta serviços de auditoria externa relacionados ao exame das Informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas da Companhia.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, a Companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência e objetividade do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

A EY declarou à Companhia que não existe qualquer vínculo ou situação de fato que configure conflito de interesses, inviabilizando o exercício da sua atividade de forma independente.

3. Explicações da Administração com relação aos títulos de remuneração variável

Visão Geral sobre os Títulos Perpétuos de Remuneração Variável

Em fevereiro de 2014, IWL Holdings (Luxembourg) S.A.R.L. ("Trafigura") e a EAV Delaware LLC ("Mubadala"), por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações, adquiriram o controle da Porto Sudeste, até então exercido pela MMX Mineração e Metálicos S.A. ("MMX").

O contrato de investimento que regulou a aquisição do controle da Porto Sudeste pela Trafigura e pela Mubadala previa, entre outros, que a Companhia assumiria, direta ou indiretamente, obrigações relativas aos títulos de remuneração variável baseados em royalties de emissão da MMX, negociados na B3 S.A. - BRASIL. BOLSA. BALCÃO ("B3") sob o ticker MMXM11 ("Títulos MMXM11"). Nesse contexto, a Porto Sudeste emitiu, em 26 de fevereiro de 2014, Títulos Perpétuos de Remuneração Variável ("TPRV"), em termos similares aos Títulos MMXM11 ("PORT11"), os quais foram integralmente subscritos na mesma data pela MMX. O contrato de investimento também previa a obrigação da MMX de realizar uma oferta de permuta, direcionada a todos os titulares dos Títulos MMXM11, por meio da qual a MMX adquiriria os Títulos MMXM11, e entregaria em contrapartida os Títulos PORT11, ou um outro valor mobiliário lastreado nos Títulos MMXM11 ("Oferta de Permuta"). Para implementação de tal Oferta de Permuta, foram utilizados dois veículos diferentes, de forma a atingir a totalidade dos detentores dos Títulos MMXM11:

- (i) *Porto Sudeste Royalties FIP-IE (“PSR”)*: um fundo de investimento em participações em infraestrutura, o qual, na ocasião da oferta, detinha em sua carteira, exclusivamente, Títulos PORT11 - sendo que cada Título PORT11 detido pelo PSR correspondia a uma quota. As quotas do PSR foram ofertadas para os titulares de Títulos MMXM11 que se enquadravam como investidores qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, e que não tinham restrições para deter quotas do PSR;
- (ii) *Porto Sudeste VM S.A. (“Porto VM”)*: uma sociedade por ações com registro na CVM sob a categoria ‘b’ que emitiu um novo título de remuneração variável baseada em royalties, espelho do Título MMXM11 (os “Títulos PSVM11”), sendo tal título listado para negociação na B3 (ao contrário dos Títulos PORT11, que não são admitidos para negociação na bolsa). No âmbito da referida Oferta de Permuta, os Títulos PSVM11 foram ofertados para os detentores dos Títulos MMXM11 que (i) não se enquadrassem como investidores qualificados, ou (ii) tivessem restrições regulamentares para deter quotas de um FIP-IE - como é o caso de alguns fundos de investimento.

Como forma de endereçar a situação dos titulares de MMXM11 que eventualmente não aderissem a Oferta de Permuta, a MMX se manteve titular de Títulos PORT11 na mesma quantidade de Títulos MMXM11 não permutados.

Através da conclusão da Oferta de Permuta, a Porto Sudeste passou a possuir obrigação de pagamento aos veículos acima e à MMX, que por sua vez passaram a possuir obrigação de pagamento aos detentores das cotas/títulos permutados.

Em cumprimento ao Alvará de Autorização expedido nos autos do processo judicial nº 0405866-57.2016.8.19.00011 em trâmite na 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, a Porto Sudeste registrou no dia 25 de junho de 2026 a transferência de 9.519.226 títulos PORT11 emitidos pela Companhia e de titularidade da MMX para o Planck Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura Responsabilidade Limitada.

Há 983.407.010 Títulos PORT11 emitidos, sendo 98,61% detidos pelo PSR, 0,43% detidos pela Porto V.M. e 0,96% detidos pelo Planck Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura Responsabilidade Limitada.

Para mais informações, a escritura de emissão dos Títulos Port 11 está disponível no website da Porto Sudeste do Brasil.

Cálculo dos Royalties

$$R = [(TMMF \times VpTMF) + (TMOOC \times VpTDC)] \times FP$$

Em que:

R = *royalties* devidos em relação a cada trimestre do exercício social

TMMF = Tonelagem Medida de Minério de Ferro embarcada no Porto no respectivo trimestre

TMOOC = Tonelagem Medida de Outras Cargas embarcadas no Porto no respectivo trimestre

VpTMF = Valor por Tonelada para Minério de Ferro

VpTDC = Valor por Tonelada para Demais Cargas

FP = Fator Proporcional

Para cargas de minério de ferro: os *Royalties* relativos às cargas de minério de ferro embarcadas no Porto em um determinado trimestre serão calculados considerando o valor de US\$5,00 por tonelada de minério de ferro (“Valor por Tonelada para Minério de Ferro”). Este valor será corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010.

Para as demais cargas: os *Royalties* relativos às demais cargas que não sejam minérios de ferro (excluindo cargas não secas, tais como atividades de abastecimento) embarcadas no Terminal Portuário (“valor por tonelada para demais cargas”) serão calculados com base na margem da carga. A “Margem da carga” (a) significa a diferença entre o custo médio por tonelada (excluindo todos os itens não caixa) incorrido em relação aos serviços prestados pela Porto Sudeste relacionados a carga aplicável e o valor médio por tonelada efetivamente cobrado pela Porto Sudeste pelos serviços prestados em relação a tal carga; e (b) deve ser limitado, em qualquer circunstância, a US\$5,00 por tonelada embarcada. O valor limite ajustado de US\$5,00 por tonelada para a margem da carga deve ser corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010.

Durante os exercícios de 2013 a 2016, o compromisso de *Royalties* do Porto Sudeste, relativos ao minério de ferro, foi o mínimo entre o volume embarcado em cada período e o volume de *take-or-pay* indicados na tabela abaixo:

Milhões de Toneladas - Take or Pay	2013	2014	2015	2016
TMMF	13,6	31,9	36,8	36,8

De 2017 em diante, o volume de minério de ferro gerador de *Royalties* (TMMF, na fórmula acima) deixou de estar sujeito a um *take-or-pay*, sendo, portanto, simplesmente o volume embarcado. Na tabela a seguir, é possível verificar a tonelage realizada Porto Sudeste, sendo o início das operações em 2016, após o comissionamento realizado em 2015:

Milhões de Toneladas – Embarcadas	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026 YTD
TMMF	7,1	9,5	10,7	16,4	18,7	17,8	17,4	26,1	21,9	27,8	13,6
TMOC	-	-	-	-	-	-	0,1	-	-	-	-
Total	7,1	9,5	10,7	16,4	18,7	17,8	17,5	26,1	21,9	27,8	13,6

Como o volume embarcado de minério de ferro em 2016 foi menor do que o volume de *take-or-pay*, o compromisso de *royalties* está baseado neste segundo parâmetro.

No 2º trimestre de 2026, o Porto Sudeste embarcou 7.889 mil toneladas de minério de ferro (TMMF) e nenhuma toneladas de outras cargas (TMOC), que multiplicado pelo valor atualizado por tonelada de US\$ 6,68 (VpTMF e VpTDC) resultou em *royalties* de US\$ 52.698 mil no período. O acumulado de *Royalties* desde o início de sua mensuração até esse trimestre é de US\$ 1.730.750 mil que convertido para Reais totalizou R\$ 8.959.404 mil. A partir do primeiro trimestre de 2025 até este trimestre foi pago o montante de US\$ 17.150 mil que convertido em Reais totalizou R\$ 92.960 mil. Apesar de alcançar os indicadores financeiros que permitem reduzir o fator de utilização do caixa disponível para servir a dívida sênior de 100% para 50% (*Cash Sweep*), neste trimestre não houve disponibilidade de caixa para distribuir aos detentores do PORT11, uma vez que o respectivo saldo foi inteiramente consumido para servir obrigações mandatórias, com prioridade superior, como a constituição parcial da conta reserva. A Porto Sudeste V.M., subsidiária integral da Porto Sudeste, tem US\$ 7.425 mil que convertidos

em reais totalizou R\$ 38.442 mil de royalties acumulados a receber, referente a quantidade de Títulos PORT11 que detém de 4.188.602 (proporção de 0,43% do total).

PORT11 sobre volumes embarcados / ToP	Saldo Inicial	1° Tri 2026	2° Tri 2026	3° Tri 2026	4° Tri 2026	Balanço YTD	Saldo Final
Volume (TMMF)	285.303.854	5.757.145	7.888.966	-	-	13.646.111	298.949.965
Volume (TMOC)	106.060	-	-	-	-	-	106.060
Preço por tonelada (\$)	5,00	5,00	5,00	-	-	5,00	5,00
PPI Acumulado (USD)	0,80	1,68	1,68	-	-	1,68	0,84
Preço ajustado por TON (\$)	5,80	6,68	6,68	-	-	6,68	5,84
Saldo Acumulado (USD '000)	1.656.744	38.458	52.698	-	-	91.156	1.747.900
PORT11 Pagamentos (USD '000)	(12.490)	(3.365)	(1.295)	-	-	(4.660)	(17.150)
PORT11 Saldo a Pagar (USD '000)	1.644.254	35.093	51.403	-	-	86.496	1.730.750

Porto Sudeste V.M.	Saldo Inicial	1° Tri 2026	2° Tri 2026	3° Tri 2026	4° Tri 2026	Balanço YTD	Saldo Final
PORT11 detidos <i>em proporção a todos os PORT11</i>	0,43%	0,43%	0,43%	-	-	0,43%	0,43%
Saldo Acumulado (USD '000)	7.111	164	224	-	-	388	7.499
Pago p/ detentores PSVM11 (USD '000)	(54)	(14)	(6)	-	-	(20)	(74)
Saldo a Pagar (USD '000)	7.057	150	218	-	-	368	7.425

Pagamento dos *Royalties*

O pagamento de *Royalties* em cada trimestre será realizado em até 60 dias a contar do fim de cada trimestre civil e está condicionado à existência de caixa disponível para pagamento dos *Royalties*, apurado após o desconto de tributos aplicáveis, custo caixa das operações, despesas operacionais, despesas de capital para manutenção, valores oriundos da reversão de determinadas provisões de caixa, bem como respeitada a preferência de determinados credores da Porto Sudeste, tudo nos termos da cláusula 5.2 da escritura de emissão dos Títulos PORT11 (“Caixa Disponível para *Royalties*”).

Os *Royalties* serão cumulativos, ou seja, no caso de em um determinado trimestre o Caixa Disponível para *Royalties* apurado pela Porto Sudeste não ser suficiente para permitir o pagamento, total ou parcial, dos *Royalties* até então determinados, tais *royalties* não pagos deverão ser adicionados ao montante dos *Royalties* do próximo trimestre. Os *Royalties* apenas devem ser considerados devidos e pagáveis quando a Porto Sudeste tiver apurado Caixa Disponível para *Royalties* suficiente para tanto.

Se, em um determinado trimestre civil, mediante o pagamento dos então *Royalties* corrente, o caixa livre detido pela Porto Sudeste for superior a US\$10 milhões (“Reserva Mínima de Caixa”), a emissora deverá usar os valores que excederem a Reserva Mínima de Caixa (“Caixa Livre Disponível”) para pagar aos detentores dos títulos os *Royalties* efetivamente acumulados e não pagos até tal momento (“*Royalties* Acumulados”).

Não há qualquer obrigação da Porto Sudeste de pagar *Royalties*, exceto se houver Caixa Livre detido pela emissora no último dia de tal trimestre civil e até o limite de tal caixa disponível. “Caixa Livre” significa o valor correspondente aos valores disponíveis em caixa da Porto Sudeste menos a soma de (a) valores contribuídos pelos acionistas da Porto Sudeste por meio de

aumento de capital ou empréstimo dos acionistas, na medida em que tais valores permaneçam como caixa disponível da Porto Sudeste, (b) conta reserva do serviço da dívida sênior do BNDES, e (c) os valores de caixa provisionados pela Porto Sudeste em conjunto para IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e demais obrigações para as quais os auditores independentes da Porto Sudeste exijam provisionamento.

Em 30 de junho de 2026, a Porto Sudeste realizou os cálculos financeiros e identificou que não houve geração de caixa suficiente para pagamento dos *Royalties* aos detentores dos Títulos PORT11.

Caixa Disponível para Pagamento de Royalties BRL '000	1º Trimestre 2026	2º Trimestre 2026	3º Trimestre 2026	4º Trimestre 2026
Recebimentos	358.837	408.656	-	-
Despesas	(267.846)	(296.235)	-	-
Serviço da Dívida: Obrigatório	(82.801)	(97.277)	-	-
Serviço da Dívida: <i>Cash Sweep</i>	(6.924)	-	-	-
Constituição/(Resgate) de Conta Reserva da Dívida (*)	5.492	(15.144)	-	-
Caixa Disponível para Royalties	6.758	-	-	-

(*) Montante constituído como garantia aos credores seniores e bloqueado para movimentação. Até o final desse trimestre totalizaram R\$ 124.946. Estes montantes são investidos em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remunerados a 100,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Até o final desse trimestre totalizaram R\$ 29.929 mil de remuneração.

O eventual saldo de caixa existente na Porto Sudeste (visão Controladora) apresentado no balanço refere-se ao saldo que devem ser mantidos em contas para atender alguma obrigatoriedade operacional, como a conta de garantia para compra de energia e PIS/COFINS depositados em juízo, que não fazem parte do fluxo de distribuição aos credores.

Contabilização do PORT11

A Porto Sudeste contabiliza os Títulos PORT11 no passivo, com base no valor presente do fluxo de caixa projetado do pagamento dos *Royalties*. Ou seja, o valor apresentado no balanço patrimonial é diferente do montante de *royalties* acumulados até este trimestre. A Porto Sudeste V.M., por sua vez, contabiliza seu direito de receber os *royalties* no ativo, correspondendo à sua parcela sobre o valor dos títulos PORT11, e o respectivo pagamento aos detentores do PSVM11 no passivo.

A mensuração desses títulos PORT11 é efetuada de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no fluxo de caixa projetado dos desembolsos futuros relativos a estes títulos, descontando a taxa de 11,57% ao ano. Essas projeções baseiam-se no plano de negócios da Porto Sudeste, que inclui premissas relacionadas ao crescimento das exportações de minério de ferro do quadrilátero de Minas Gerais, participação de mercado da Porto Sudeste, volumes de minério originados por minas pertencentes aos seus acionistas, operações com outros granéis sólidos e líquidos, expectativas de preços da *commodity*, entre outros.

Itaguaí/RJ, 06 de agosto de 2026.

A Administração.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas

30 de junho de 2026

Índice

Relatório sobre a revisão das informações financeiras condensadas intermediárias individuais e consolidadas	1
Informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas	
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações condensadas dos resultados	5
Demonstrações condensadas dos resultados abrangentes	6
Demonstrações condensadas das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações condensadas dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas.....	9



Shape the future
with confidence

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Diretores e aos Acionistas da
Porto Sudeste do Brasil S.A.
Itaguaí/RJ

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial, individual e consolidado, da Porto Sudeste do Brasil S.A. (Companhia), em 30 de junho de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias, individuais e consolidadas, acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações para o período de três e seis meses findo naquela data e os seus fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).



Shape the future
with confidence

Ênfase – Recuperabilidade de saldo de contas a receber com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa 17 às informações intermediárias individuais e consolidadas, a qual descreve que a realização do saldo a receber da Mineração Morro do Ipê (“MMI”) está condicionada ao desempenho operacional futuro, da capacidade de geração de fluxos de caixa e da execução do plano de negócios da MMI. Esse plano prevê aporte de recursos pelos acionistas controladores, necessários para viabilizar os investimentos operacionais para conclusão da fase de *ramp-up* do projeto Tico-Tico. Conforme mencionado na referida nota, ambas as entidades possuem os mesmos acionistas controladores, que têm demonstrado compromisso com a continuidade operacional e com a execução do plano de negócios aprovado. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Rio de Janeiro, 06 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-015199/F


Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC RJ-090174/O

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Balanços patrimoniais
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	143	19.540	207.084	225.355
Contas a receber de clientes	5	67.710	78.882	67.710	78.882
Contas a receber com partes relacionadas	17	10.340	-	383.905	370.537
Estoques	6	112.427	110.438	184.328	163.858
Impostos a recuperar	8	105.090	87.829	109.208	91.262
Adiantamentos com partes relacionadas	17	-	-	181.663	149.281
Adiantamentos	9	27.468	37.216	27.468	37.216
Outros		430	-	429	-
Total do ativo circulante		323.608	333.905	1.161.795	1.116.391
Não circulante					
Depósitos vinculados	7	124.946	110.322	124.946	110.322
Contas a receber com partes relacionadas	17	868.297	864.401	868.297	864.401
Impostos a recuperar	8	-	-	3.054	3.054
Investimentos	10	46.745	50.348	-	-
Imobilizado	11	6.504.655	6.864.872	6.548.451	6.911.429
Intangível	12	10.778.736	11.539.361	10.778.736	11.539.361
Depósitos judiciais	20	121.354	118.308	121.354	119.081
Total do ativo não circulante		18.444.743	19.547.612	18.444.838	19.547.648
Total do ativo		18.768.341	19.881.517	19.606.633	20.664.039

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	13	92.921	95.868	163.612	201.041
Empréstimos e financiamentos	14	57.867	61.798	1.312.224	1.047.611
Impostos a recolher	16	12.173	17.496	14.296	21.063
Partes relacionadas	17	290.993	129.106	-	-
Adiantamentos de clientes		256	272	259	275
Adiantamentos de clientes – Partes relacionadas	17	25.856	-	-	-
Títulos de remuneração variável	15	-	18.516	-	18.516
Encargos trabalhistas		32.275	33.471	32.275	33.471
Outras contas a pagar		1.215	-	1.212	-
Total do passivo circulante		513.556	356.527	1.523.878	1.321.977
Não circulante					
Fornecedores	13	44.371	41.053	44.371	41.053
Empréstimos e financiamentos	14	6.263.335	6.515.954	6.263.335	6.515.954
Impostos a recolher	16	16.404	13.377	16.404	13.377
Títulos de remuneração variável	15	20.314.552	20.410.266	20.314.552	20.410.266
Provisão Passivo a descoberto	10	172.078	182.928	-	-
Provisão para contingências	19	3.803	8.801	3.851	8.801
Outras contas a pagar		-	373	-	373
Total do passivo não circulante		26.814.543	27.172.752	26.642.513	26.989.824
Patrimônio líquido negativo	21				
Capital social		3.148.590	3.148.590	3.148.590	3.148.590
Ajustes acumulados de conversão		(471.427)	(922.797)	(471.427)	(922.797)
Prejuízos acumulados		(11.236.921)	(9.873.555)	(11.236.921)	(9.873.555)
Total do patrimônio líquido negativo		(8.559.758)	(7.647.762)	(8.559.758)	(7.647.762)
Total do passivo e patrimônio líquido		18.768.341	19.881.517	19.606.633	20.664.039

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias condensadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações condensadas do resultado

Período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora				Consolidado			
		01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Receita líquida de venda de bens e serviços prestados	22	270.240	494.857	321.359	929.128	1.454.594	2.693.888	1.327.526	3.465.208
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	23	(228.497)	(437.075)	(242.563)	(459.887)	(1.383.780)	(2.612.961)	(1.247.431)	(3.280.384)
Resultado bruto		41.743	57.782	78.796	469.241	70.814	80.927	80.095	184.824
Receitas (despesas) operacionais									
Despesas administrativas	24	(24.666)	(47.487)	(28.928)	(50.943)	(25.090)	(48.390)	(29.411)	(51.606)
Resultado de equivalência patrimonial	10	24.058	244	(33.404)	(99.482)	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	15	443.082	37.006	158.504	837.926	442.954	36.817	152.032	1.073.902
		442.474	(10.237)	96.172	687.501	417.864	(11.573)	122.621	1.022.296
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		484.217	47.545	174.968	1.156.742	488.678	69.354	202.716	1.207.120
Resultado financeiro	25								
Receitas financeiras		34.260	56.005	34.645	56.626	63.206	100.268	43.754	397.037
Despesas financeiras		(687.434)	(1.466.916)	(701.749)	(1.498.804)	(719.152)	(1.531.299)	(738.606)	(1.889.593)
		(653.174)	(1.410.911)	(667.104)	(1.442.178)	(655.946)	(1.431.031)	(694.852)	(1.492.556)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(168.957)	(1.363.366)	(492.136)	(285.436)	(167.268)	(1.361.677)	(492.136)	(285.436)
Imposto de renda e contribuição social	18	-	-	34.692	-	(1.689)	(1.689)	34.692	-
Lucro (prejuízo) do período		(168.957)	(1.363.366)	(457.444)	(285.436)	(168.957)	(1.363.366)	(457.444)	(285.436)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias condensadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações condensadas dos resultados abrangentes
Período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Lucro (prejuízo) do período	(168.957)	(1.363.366)	(457.444)	(285.436)	(168.957)	(1.363.366)	(457.444)	(285.436)
Diferenças cambiais relacionadas à conversão para moeda de apresentação	53.455	451.370	379.882	949.243	53.455	451.370	379.882	949.243
Total dos resultados abrangentes	(115.502)	(911.996)	(77.562)	663.807	(115.502)	(911.996)	(77.562)	663.807

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias condensadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações condensadas das mutações do patrimônio líquido
Período de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Capital social	Ajustes acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.148.590	(1.715.371)	(9.362.191)	(7.928.972)
Ajustes acumulados de conversão	-	949.243	-	949.243
Prejuízo do período	-	-	(285.436)	(285.436)
Saldos em 30 de junho de 2025	3.148.590	(766.128)	(9.647.627)	(7.265.165)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.148.590	(922.797)	(9.873.555)	(7.647.762)
Ajustes acumulados de conversão	-	451.370	-	451.370
Prejuízo do período	-	-	(1.363.366)	(1.363.366)
Saldos em 30 de junho de 2026	3.148.590	(471.427)	(11.236.921)	(8.559.758)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias condensadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações condensadas dos fluxos de caixa

Período de seis meses findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre a renda		(1.363.366)	(285.436)	(1.361.677)	(285.436)
Itens de resultado que não afetam o caixa					
Depreciação e amortização	23,24	218.687	251.290	218.691	251.294
Baixa de imobilizado	11	4.977	11.605	4.977	11.605
Provisão perda/(ganho) de estoque	23	-	-	(3.675)	5.063
Provisão de IPTU e seguros	23,24	11.178	13.261	11.388	13.367
Atualização depósito vinculado	25	(7.266)	(954)	(7.266)	(954)
Atualização depósito judicial	25	(407)	(1.547)	(116)	(1.621)
Custo de transação	25	4.047	4.186	4.047	4.186
Resultado de equivalência patrimonial	10	(244)	99.482	-	-
Atualização dos <i>royalties</i>	15	1.123.443	326.360	1.123.443	326.360
Variação cambial	25	36.685	107.629	16.809	111.918
Juros partes relacionadas	25	(15.819)	(38.299)	(10.662)	(38.299)
Juros sobre empréstimos	25	220.224	182.380	261.929	235.277
Outros		(9.397)	8.716	(9.341)	11.553
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber - clientes		11.176	(27.815)	11.176	(27.815)
Contas a receber - partes relacionadas		86.245	(231.909)	(10.811)	(38.148)
Adiantamentos diversos		(2.305)	(24.614)	36.694	(24.821)
Títulos remuneração variável PORT11		(25.274)	-	(25.274)	-
Estoques		(6.522)	(59)	198.304	162.808
Depósitos judiciais		(2.639)	(7.974)	(2.166)	(7.986)
Depósito vinculado		-	78	-	78
Impostos a recuperar		(62.706)	(43.832)	(63.391)	(44.928)
Adiantamentos de clientes		(8)	-	(8)	-
Adiantamentos de partes relacionadas		25.048	-	-	-
Outros ativos		2.203	(2.960)	2.203	(2.960)
Fornecedores		7.709	25.572	(283.488)	(176.206)
Impostos e contribuições a recolher		43.151	10.724	40.016	10.257
Outras contas a pagar		(747)	2.115	(749)	2.115
Outros valores entre partes relacionadas		77.317	15.797	(24.892)	(90.370)
Encargos trabalhistas		4.794	3.533	4.793	3.533
Juros pagos	14	(97.774)	(125.432)	(126.835)	(172.966)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		282.410	271.897	4.119	236.904
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado	11	(195.463)	(58.859)	(195.463)	(58.859)
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	(250)	(1.100)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(195.713)	(59.959)	(195.463)	(58.859)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Empréstimos captados		-	-	1.353.514	2.433.616
Fiança	25	(9.980)	(11.327)	(9.980)	(11.327)
Depósito vinculado		(7.358)	(33.941)	(7.358)	(33.941)
Empréstimos liquidados	14	(89.229)	(148.376)	(1.133.664)	(2.492.199)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		(106.567)	(193.644)	202.512	(103.851)
Efeitos de conversão					
Variação dos efeitos de conversão		473	220	(29.439)	21.908
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(19.397)	18.514	(18.271)	96.102
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa					
No início do período	4	19.540	949	225.355	58.642
No fim do período	4	143	19.463	207.084	154.744
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		(19.397)	18.514	(18.271)	96.102

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias condensadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas-

30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Porto Sudeste do Brasil S.A. ("Porto Sudeste" ou "Companhia") foi constituída em 7 de novembro de 2007, objetivando o desenvolvimento de operações de logísticas integradas no setor portuário, notadamente a implantação e operação do Terminal Portuário denominado Porto Sudeste ("Terminal" ou o "Porto Sudeste"). A Companhia está sediada na Rua Félix Lopes Coelho, 222, Ilha da Madeira, Itaguaí, Rio de Janeiro.

A Companhia é composta pela controladora e suas controladas Pedreira Sepetiba Ltda. ("Pedreira"), Terminal de Contêineres Sepetiba Ltda. ("TCS"), Porto Sudeste VM S.A. ("Porto VM") e Porto Sudeste Exportação e Comércio S.A.

A IWL Holdings (Luxembourg) S.A.R.L. ("Trafigura") e EAV Lux 2 S.A.R.L m("Mubadala"), por meio de investidas no Brasil, são titulares, em conjunto, de 99,35% de participação acionária na Companhia, por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações.

Os controladores Trafigura e Mubadala celebraram, em fevereiro de 2014, Acordo de Acionistas que detalha os direitos e deveres de cada acionista controlador.

Situação financeira da Companhia

Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado negativo de R\$362.083, será coberto com a geração de caixa gerado dos próximos trimestres, prejuízo no período de R\$1.363.366 (impactado pela atualização dos títulos PORT11, conforme Nota 15) e prejuízos acumulados consolidados de R\$11.236.921, e dessa forma, o patrimônio líquido em 30 de junho de 2026 é negativo em R\$8.559.758. A Companhia encerrou o trimestre com uma posição consolidada de caixa de R\$207.084.

A Companhia iniciou suas operações em janeiro de 2016 e desde então vem crescendo seu volume de movimentação anual e expandindo seus serviços para outros grânéis. Consequentemente, a geração de caixa operacional vem atingindo patamares cada vez mais robustos e superiores as necessidades dos serviços da dívida.

No segundo trimestre de 2026, a Companhia embarcou aproximadamente 7.889 mil de toneladas de minério de ferro. A Companhia também movimentou outras cargas no período, através do desembarque de 44 mil toneladas de carvão e 4 operações de transbordo de petróleo entre navios atracados (*ship-to-ship*), quantidades ainda pouco representativas quando comparadas ao minério de ferro.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

A performance operacional do Porto Sudeste permitiu geração de excesso de caixa no segundo trimestre de 2026, o qual foi utilizado para os pagamentos mandatórios de principal e juros das dívidas *seniors*.

Neste trimestre, a Companhia apresentou prejuízo impactado pelo efeito dos Títulos PORT11 contabilizados no passivo (Nota 15), registrados no passivo e mensurados a valor justo.

Autorização portuária

A Companhia obteve junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, em 15 de julho de 2010, a autorização para construção e implantação de terminal marítimo com capacidade para embarque de 50 milhões de toneladas por ano, localizado na Ilha da Madeira, Itaguaí - RJ. No ano de 2014, após concluir a primeira fase das obras de implantação do terminal e obter a respectiva licença ambiental de operação, a Companhia recebeu da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) o Termo de Liberação Operacional (TLO) e a Habilitação ao Tráfego Internacional Marítimo (HTMI), encontrando-se desde então, plenamente autorizada por esta agência reguladora a operar até 2064, renovável mediante a solicitação da ANTAQ, seguindo os procedimentos padrão aplicáveis a terminais privados. Além da liberação da agência reguladora, a operação até 2064 encontra-se devidamente alfandegada e apta para receber mercadorias destinadas à exportação. Quanto ao acesso *offshore*, a dragagem e a derrocagem do canal de acesso ao Terminal e da bacia de atracação foram concluídas no início do ano de 2015.

Com relação à segunda fase do terminal (50 milhões de toneladas por ano), a Companhia concluiu a montagem dos equipamentos em meados de 2015 e, em 12 de novembro de 2015, obteve junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) o TLO número 11/2015, no qual a Companhia é autorizada a dar continuidade à operação parcial do Terminal de Uso Privado, com observância a normas e regulamentos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e adaptações exigidas pela Nova Lei dos Portos.

Quanto à Receita Federal, as áreas do Pátio 06, túnel, píer e pátio 32, encontram-se devidamente alfandegadas.

Em dezembro de 2021, a Companhia concluiu o processo de licenciamento para movimentação de granéis líquidos. Em 2022, a cia realizou suas primeiras operações de transbordo de petróleo na modalidade atracado, atendendo empresas que exploram petróleo no pré-sal.

Em continuidade ao processo de diversificação das operações, no dia 27 de dezembro de 2022, conforme publicado em Diário Oficial, a companhia obteve junto à Agência Nacional de

Transportes Aquaviários - ANTAQ, o Termo de Licença de Instalação (TLI), que permite a construção e implantação para expansão da capacidade do terminal marítimo, de 50 milhões de toneladas adicionais por ano de granéis líquidos, totalizando 100 milhões de toneladas. Até a conclusão destas Informações Trimestrais, a Companhia concluiu os trabalhos de dragagem e deu início à instalação da infraestrutura necessária para a implementação do berço dedicado às

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

operações de petróleo, projeto estratégico voltado à diversificação das operações do terminal e à ampliação de sua capacidade operacional.

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras

a) Informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas

As informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações financeiras intermediárias condensadas foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações financeiras intermediárias condensadas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações financeiras intermediárias condensadas devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*", individuais e consolidadas.

Em 06 de agosto de 2026, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas.

b) Base de preparação e mensuração

As informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional

Com o início das operações em primeiro de janeiro de 2016, a Companhia e suas subsidiárias passaram a auferir receitas substancialmente denominadas em dólares norte-americanos. Desta forma, sua moeda funcional foi alterada do Real para o Dólar norte-americano. Em atendimento à legislação brasileira e de acordo com o pronunciamento CPC 02 - Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, as informações financeiras intermediárias condensadas estão sendo apresentadas em Reais, convertendo a moeda funcional (Dólar norte-americano) para a moeda de apresentação (Reais), sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio de

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

fechamento do período, as contas de resultado pela taxa de câmbio na data da ocorrência e o patrimônio líquido pelo valor histórico de formação. O efeito da conversão para a moeda de apresentação é apresentado no patrimônio líquido como “Ajustes acumulados de conversão”.

d) Consolidação

As informações financeiras intermediárias condensadas consolidadas incluem a Companhia e as seguintes controladas:

	Participação - %				Localização da sede	Atividade principal
	Capital social		Capital votante			
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025		
Controladas diretas						
Pedreira	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	Brasil	Extração e britamento de pedras
TCS	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	Brasil	Logística
Porto Sudeste VM	100%	100%	100%	100%	Brasil	Detentora de parte dos títulos de royalties
Porto Sudeste Exportação	100%	100%	100%	100%	Brasil	Compra e venda de minério

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis

As políticas contábeis adotadas na elaboração destas informações financeiras intermediárias condensadas são uniformes àquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

As informações financeiras intermediárias e respectivas notas explicativas não incluem todas as informações e divulgações requeridas para demonstrações financeiras anuais. Portanto, essas informações financeiras intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2025.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e depósitos bancários	141	19.539	1.730	20.637
Numerário em trânsito	-	-	88.652	94.591
Equivalentes de caixa	2	1	116.702	110.127
	143	19.540	207.084	225.355

A Companhia investe em Renda Fixa, portfólios CDB e Compromissadas, em instituições financeiras de primeira linha às quais mantém relacionamento vinculados a taxas pós-fixadas, com rentabilidade média vinculada ao DI (“CDI”), sem carência e com liquidez imediata.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

Os investimentos do caixa são realizados em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remunerados de 50% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Há ainda uma parcela do caixa em aplicações automáticas das contas correntes sendo remunerado a 10% do CDI.

O saldo de caixa apresentado na visão consolidada está relacionado, principalmente, às atividades comerciais, impulsionadas pelas linhas de crédito para capital de giro utilizadas pela Porto Sudeste Exportação para a compra de minério de ferro. Consequentemente, a posição de caixa ao final do trimestre pode sofrer flutuações de acordo com as entregas diárias.

O numerário em trânsito se refere aos valores em dólares recebidos de exportações que ainda serão convertidos para reais antes de serem creditados nas contas bancárias.

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Serviço portuário	67.710	78.882	67.710	78.882
	67.710	78.882	67.710	78.882

Os montantes em aberto com terceiros em 30 de junho de 2026 foram substancialmente recebidos até o mês de julho de 2026. A administração não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Brita	-	-	1.350	1.435
Minério de ferro	-	-	70.551	51.985
Almoxarifado	112.427	110.438	112.427	110.438
	112.427	110.438	184.328	163.858

Os estoques de minério de ferro se referem às atividades de comercialização, representando os volumes adquiridos pela Porto Sudeste Exportação que estão sendo consolidados e misturados no pátio de estocagem do terminal portuário enquanto aguardam embarque e exportação. Em contrapartida, o almoxarifado se refere a equipamentos e materiais utilizados em operações, manutenção e projetos.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Depósitos vinculados

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Contas reservas BNDES e Bradesco (a)	124.946	110.322	124.946	110.322
	124.946	110.322	124.946	110.322

- (a) Em 30 de junho de 2026, a Companhia incrementou o saldo das Contas de Reserva dos contratos de financiamento vigentes com o BNDES e o Bradesco – BNDES Repasse, no montante de R\$ 124.946 para manter a obrigação contratual. Esse valor corresponde a 100% da obrigação com vencimento previsto para 30 de junho de 2026 (duas vezes o valor do serviço da dívida). O saldo das Contas de Reserva é remunerado em 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
IRPJ antecipado (a)	41.691	41.691	44.746	44.747
PIS e COFINS (b)	51.961	36.946	51.961	36.946
IRRF sobre aplicações financeiras (c)	4.464	2.059	8.552	5.462
Impostos retidos (d)	6.974	7.133	7.003	7.161
	105.090	87.829	112.262	94.316
Circulante	105.090	87.829	109.208	91.262
Não circulante	-	-	3.054	3.054

- (a) Saldo de IRPJ e CSLL verificado ao final do ano calendário, após contrapor IRPJ e a CSLL antecipados com IRPJ e CSLL apurado ao final do ano calendário. Será solicitado a restituição dos valores, após a entrega da ECF de 2026.
- (b) Créditos de PIS e de COFINS decorrente da prestação de serviços portuários.
- (c) O saldo referente ao crédito de imposto de renda retido na fonte (IRRF) é decorrente do imposto incidente sobre os resgates de aplicações financeiras.
- (d) Saldo de PIS, COFINS, CSLL, IRRF e ISS retidos na fonte sobre serviços tomados, que será utilizado para compensação com os impostos apurados e devidos no mês subsequente.

9. Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Despachos aduaneiros	-	594	-	594
Combustível	-	1.511	-	1.511
Terrenos (a)	-	16.151	-	16.151
Seguros (b)	10.740	-	10.740	-
Serviços	14.221	15.415	14.221	15.415
Máquinas e equipamentos (c)	1.234	863	1.234	863
Outros	1.273	2.682	1.273	2.682
	27.468	37.216	27.468	37.216

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

- (a) Refere-se aos valores pagos aos proprietários dos terrenos situados na Baía de Sepetiba, área onde se encontram as instalações do Porto Sudeste do Brasil, os quais foram compensados com saldos de contas a pagar durante o exercício de 2026.
- (b) A Companhia adota como prática o pagamento antecipado dos custos de seguros no início de cada exercício, registrando-os inicialmente no ativo e apropriando-os ao resultado mensalmente durante o período de cobertura. Dessa forma, o saldo é integralmente apropriado até o encerramento do exercício, razão pela qual não há saldo registrado em 31 de dezembro de 2025.
- (c) Refere-se a adiantamentos realizados a fornecedores para contratação de serviços relacionados à construção do berço Dolphin, cujos valores serão apropriados à medida que os serviços forem executados e faturados.

10. Investimentos

A Companhia possui os seguintes investimentos:

Pedreira Sepetiba Ltda.

Constituída em 21 de junho de 1989, possui como objeto social a realização de exploração e aproveitamento de jazidas minerais no território nacional e comercialização de seus derivados, comercializar materiais de construção em geral, prestar serviços de transporte de cargas, de engenharia civil, incorporação e construções.

TCS - Terminal de Contêineres Sepetiba Ltda.

Constituída em 31 de janeiro de 1989, possui como objeto social a prestação de todos os serviços inerentes a um terminal para contêineres, visando à concentração e distribuição de cargas com as respectivas movimentações de embarque, desembarque e despachos para as suas destinações finais, prestação de serviços de transporte de contêineres dos navios; e afretamento de ou arrendamento de navios, barcas e equipamentos nacionais ou estrangeiros; bem como prestar os serviços inerentes aos de zona alfandegária, a ser implantada na área do terminal mediante concessão das autoridades fazendárias.

Porto Sudeste V.M. S.A.

Constituída em 16 de julho de 2013, possui como objeto social de participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia, acionista ou quotista, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária. A Porto V.M. foi criada com o principal objetivo de receber parte dos títulos de *royalties* como parte da operação de compra do Porto pelos atuais acionistas, conforme detalhado na Nota 14.

Porto Sudeste Exportação e Comércio S.A.

Possui como objeto social a exportação e importação de minério de ferro, pelotas de ferro, ferro gusa e subprodutos.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentação dos investimentos

	31/12/2025	Equivalência patrimonial (*)	AFAC	Efeito da conversão reais	30/06/2026
Pedreira	19.034	(369)	-	(1.105)	17.560
TCS	31.001	(352)	250	(1.828)	29.071
Porto VM	313	(179)	-	(20)	114
	50.348	(900)	250	(2.953)	46.745

	31/12/2025	Equivalência patrimonial (*)	Efeito da conversão para reais	30/06/2026
Porto Sudeste Exportação	(182.928)	1.144	9.706	(172.078)
	(182.928)	1.144	9.706	(172.078)

(*) Em 30 de junho de 2026, a Companhia reconheceu resultado negativo de equivalência patrimonial de R\$ 244, correspondente à sua participação nos resultados das empresas investidas.

30/06/2026							
	Participação	Quantidade ações/quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do período
Pedreira	99,98%	49.001	17.621	60	17.561	-	(369)
TCS	99,98%	3.447	2.312	-	2.312	-	(352)
Porto V.M.	100%	-	86.698	86.584	114	-	(179)
Porto Sudeste Exportação	100%	-	1.180.419	1.352.497	(172.078)	112.866	1.144

31/12/2025							
	Participação	Quantidade ações/quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita Líquida	Resultado do período
Pedreira	99,98%	49.001	19.050	16	19.034	66	456
TCS	99,98%	3.447	2.558	-	2.558	-	(327)
Porto V.M.	100%	-	87.439	87.126	313	-	(366)
Porto Sudeste Exportação	100%	-	1.350.403	1.533.331	(182.928)	5.983.702	(30.818)

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas

30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Imobilizado

	Consolidado						
	Instalações	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Obras em andamento (*)	Edificações e benfeitorias	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	483.524	1.844.073	192.733	71.502	6.650.203	62.396	9.304.431
Adições	7.911	13.851	24.359	142.340	-	7.002	195.463
Baixa	-	(29)	-	-	-	(4.977)	(5.006)
Transferências	4.512	16.824	-	(21.705)	-	369	-
Efeito da conversão para reais	(28.943)	(109.540)	(12.331)	(3.376)	(393.762)	(3.955)	(551.907)
Saldo em 30 de junho de 2026	467.004	1.765.179	204.761	188.761	6.256.441	60.835	8.942.981
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(255.197)	(679.103)	-	-	(1.438.931)	(19.771)	(2.393.002)
Depreciação no período	(19.733)	(58.353)	-	-	(62.328)	(1.679)	(142.093)
Baixa	-	29	-	-	-	-	29
Efeito da conversão para reais	14.955	39.704	-	-	84.718	1.159	140.536
Saldo em 30 de junho de 2026	(259.975)	(697.723)	-	-	(1.416.541)	(20.291)	(2.394.530)
Saldo líquido em 30 de junho de 2026	207.029	1.067.456	204.761	188.761	4.839.900	40.544	6.548.451
	Consolidado						
	Instalações	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Obras em andamento	Edificações e benfeitorias	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	480.967	1.951.895	204.715	139.673	7.484.017	70.310	10.331.577
Adições	8	9.743	10.839	107.642	-	14.652	142.884
Baixa	-	(767)	-	(4.050)	-	(13.653)	(18.470)
Transferências	52.101	97.107	-	(149.116)	-	(92)	-
Efeito da conversão para reais	(49.552)	(213.905)	(22.821)	(22.647)	(833.814)	(8.821)	(1.151.560)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	483.524	1.844.073	192.733	71.502	6.650.203	62.396	9.304.431
Depreciação acumulada							
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(211.924)	(622.658)	-	-	(1.469.068)	(18.488)	(2.322.138)
Depreciação no período	(67.848)	(127.676)	-	-	(135.127)	(3.391)	(334.042)
Baixa	-	767	-	-	-	13	780
Efeito da conversão para reais	24.575	70.464	-	-	165.264	2.095	262.398
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(255.197)	(679.103)	-	-	(1.438.931)	(19.771)	(2.393.002)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025	228.327	1.164.970	192.733	71.502	5.211.272	42.625	6.911.429

(*) Até 30 de junho de 2026, foram capitalizados diversos projetos tais como investimentos realizados na construção do berço ("Dolphins"), reforço das estruturas das correias transportadoras e muro de contenção.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

Depreciação e amortização

É constituída depreciação e amortização para todo o imobilizado com exceção de terrenos, que não são depreciados. As taxas de depreciação e amortização são baseadas na vida útil estimada dos bens ou com base no volume produzido, como segue:

- Edificações e benfeitorias - 10 a 50 anos
- Instalações - 5 a 50 anos
- Máquinas e equipamentos - 1 a 30 anos
- Outros - 1 a 15 anos

Teste de valor recuperável para os ativos imobilizados

Durante o primeiro trimestre de 2026, a Administração realizou uma avaliação a fim de determinar se existem indicadores de que algum ativo pudesse estar acima do valor recuperável, e não identificou a necessidade de reconhecer qualquer provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos.

A metodologia do fluxo de caixa descontado utilizada pela Companhia está fundamentada em conceitos que consideram recursos financeiros que serão gerados no futuro pela unidade geradora de caixa ("UGC"), descontados a valor presente, para refletir o tempo, o custo de oportunidade e os riscos associados. A taxa de desconto utilizada nos modelos financeiros da Companhia foi de 6,96%. Essas projeções baseiam-se no plano de negócios da Companhia, que inclui premissas relacionadas ao crescimento das exportações de minério de ferro do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais, participação de mercado da Porto Sudeste, volumes de minério originados por minas pertencentes aos seus acionistas, operações com outros granéis sólidos e líquidos, expectativas de preços de *commodity*, entre outros.

12. Intangível

	<u>Autorização portuária</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	13.174.683
Amortização	(168.928)
Efeito da conversão para reais	<u>(1.466.394)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	11.539.361
Amortização	(76.598)
Efeito da conversão para reais	<u>(684.027)</u>
Saldo em 30 de junho de 2026	<u><u>10.778.736</u></u>

A autorização para operador portuário é amortizada pelo prazo de 50 anos levando em consideração o volume operado.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

Teste de valor recuperável para os ativos intangíveis com vida útil definida

Durante o primeiro trimestre de 2026, a Companhia realizou uma avaliação a fim de determinar se existem indicadores que a licença pudesse estar acima do valor recuperável. Após testes realizados, conforme mencionado na Nota 11, a Administração não identificou a necessidade de reconhecer qualquer provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos intangíveis com vida útil definida.

A taxa de desconto utilizada nos modelos financeiros da Companhia foi de 6,96%.

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Energia elétrica (a)	46.771	43.288	46.771	43.288
Serviços e materiais	49.128	93.573	49.137	93.633
Máquinas e equipamentos (b)	33.571	-	33.571	-
Minério (c)	-	-	67.544	98.283
Terreno (d)	7.732	-	7.732	-
Frete ferroviário	-	-	3.137	6.828
Outros	90	60	91	62
	137.292	136.921	207.983	242.094
Circulante	92.921	95.868	163.612	201.041
Não circulante	44.371	41.053	44.371	41.053

- (a) Em abril de 2024, ocorreu o julgamento do Tema 986 pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que alterou o entendimento anteriormente consolidado naquele tribunal, passando a admitir a inclusão da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) na base de cálculo do ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica suportadas pelo consumidor final, seja ele cativo ou livre. Em decorrência dessa decisão, a Companhia optou por reconhecer o passivo referente ao valor principal, no montante acumulado aproximado de R\$ 47 milhões, o qual já se encontrava garantido por meio de depósitos judiciais. Ressalta-se que o referido tema ainda poderá ser objeto de nova revisão, em função do julgamento da ADI 7195 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), especialmente em relação ao período posterior a julho de 2022, durante a vigência da Lei Complementar nº 194/2022.
- (b) No início de 2026, a Companhia iniciou a aquisição de equipamentos destinados à implantação do berço Dolphin, em continuidade ao projeto de expansão portuária após a conclusão dos trabalhos de dragagem. Adicionalmente, foram adquiridos equipamentos para a implantação da segunda linha de descarga conectada ao pátio 32, a qual permitirá o envio simultâneo de minério proveniente de ambos os descarregadores de vagões, aumentando a eficiência operacional e a capacidade de movimentação de cargas do terminal.
- (c) Refere-se a valores a pagar a fornecedores de minério de ferro, decorrentes de aquisições realizadas pela Porto Sudeste Exportação para atendimento de suas atividades comerciais.
- (d) Refere-se aos valores remanescentes à aquisição dos terrenos situados na Baía de Sepetiba, área onde se encontram as instalações do Porto Sudeste do Brasil, a ser liquidado em parcelas trimestrais até abril de 2027.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos por moeda

	Consolidado			
	Passivos circulantes		Passivos não circulantes	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Contratos em dólares norte-americanos				
Principal	1.250.350	999.084	2.879.501	3.102.203
Encargos	40.055	28.145	2.057.205	2.036.446
Custo de transação	(3.825)	(4.065)	(7.821)	(9.888)
	1.286.580	1.023.164	4.928.885	5.128.761
Contratos em reais				
Principal	27.194	28.404	1.423.131	1.486.491
Encargos	7.255	5.402	-	-
Custo de transação	(8.805)	(9.359)	(88.681)	(99.298)
	25.644	24.447	1.334.450	1.387.193
	1.312.224	1.047.611	6.263.335	6.515.954

Parte do passivo circulante de contratos denominados em dólares norte-americanos refere-se aos contratos de ACC/ACE tomados junto aos credores Itaú, Citibank, ABC Brasil, Santander, entre outros, pela subsidiária Porto Sudeste Exportação e Comércio S.A, para a realização da compra do minério de ferro a ser exportado. Já o passivo circulante de contratos denominados em reais e parte dos denominados em dólares norte-americanos referem-se aos juros calculados de 16 de junho de 2026 até 30 de junho de 2026 dos contratos de financiamento com os credores BNDES e Bradesco, e são devidos de pagamento em 15 de setembro de 2026. Adicionalmente, os passivos circulantes das dívidas em reais e em dólares norte-americanos também se referem aos montantes previstos para amortizações mandatórias de principal trimestrais da dívida sênior entre julho de 2026 e junho de 2027.

Os contratos de financiamento *seniors* com os credores BNDES e Bradesco têm prazo de amortização de março de 2024 a dezembro de 2036, e Deutsche Bank, Natixis e BTG de março de 2024 a dezembro de 2029, tendo o período de carência de pagamento de principal aos credores *seniors* encerrado em 31 de dezembro de 2023. Nesses contratos existe o dispositivo de *cash sweep* vigente e estipula que, no caso de existir saldo de caixa após o pagamento de seus compromissos obrigatórios no trimestre, a Administração deverá distribuir parte do saldo do *cash sweep* gerado como pagamento adicional de principal aos credores seniores. Como estas amortizações estão condicionadas ao saldo futuro de caixa, sendo, portanto, um caixa ainda não realizado, as amortizações que eventualmente ocorrerem nos próximos 12 meses, neste contexto, não constam no passivo circulante da Companhia. No segundo trimestre de 2026, a Companhia não efetuou amortizações da Dívida Sênior por meio do mecanismo de *cash sweep*, em virtude da insuficiência de disponibilidade de caixa para suportar pagamentos adicionais além das obrigações correntes.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

As movimentações desses empréstimos e financiamentos são apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Saldo Inicial	6.577.752	7.222.010	7.563.565	8.339.516
Captação	-	-	1.353.514	3.690.892
Juros apropriados	220.224	445.812	261.929	548.188
Amortização de principal	(89.229)	(278.573)	(1.133.664)	(4.007.422)
Amortização de juros	(97.774)	(211.302)	(126.835)	(297.108)
Custos de transação	4.047	8.300	4.047	8.300
Variação cambial / Efeito de conversão de moeda funcional	(293.818)	(608.495)	(346.997)	(718.801)
Saldo Final	6.321.202	6.577.752	7.575.559	7.563.565

Empréstimos por credor

Banco	Dívida	Indexador/juros	Vencimento	Saldo em	
				30/06/2026	31/12/2025
BNDES	Sênior	5,51% e 4,51% a.a. + IPCA	15/12/2036	558.822	575.363
BNDES	Sênior	5,73% e 4,73% a.a. + IPCA	15/12/2036	302.551	311.507
	Sênior	3,40% e 2,40% a.a. + Cesta de Moedas	15/12/2036	150.169	164.313
Bradesco - Repasse BNDES	Sênior	6,73% e 5,73% + IPCA	15/12/2036	296.476	305.284
	Sênior	4,40% e 3,40% a.a. + Cesta de Moedas	15/12/2036	149.561	163.831
Bradesco - Repasse BNDES	Sênior	4,00% e 3,50% a.a. + SOFR 3 meses	15/06/2037	372.795	440.831
Deutsche Bank/Natixis/BTG	Sênior	4,50% a.a. + SOFR 6 meses	15/06/2037	4.599.959	4.739.233
Bradesco/PAV Lux	Subordinada	8,35 a 8,53% a.a.	20/08/2026	153.719	-
Santander	ACC/ACE	9,00% a 10,67% a.a.	29/08/2026	413.137	382.469
Citibank	ACC/ACE	8,29% a.a.	21/10/2026	15.248	16.290
Daycoval	ACC/ACE	8,49% a 8,57% a.a.	04/09/2026	266.926	313.186
Itaú	ACC/ACE	7,76% a 8,85% a.a.	07/09/2026	192.619	184.268
ABC Brasil	ACC/ACE	8,45% a.a.	30/08/2026	52.922	-
C6	ACC/ACE	8,53% a.a.	30/08/2026	51.252	55.836
BMG	ACC/ACE	7,35% a.a.	21/07/2026	82.140	33.764
CCB	ACC/ACE	8,40% a.a.	21/09/2026	26.395	-
XP	ACC/ACE			7.684.691	7.686.175
				(109.132)	(122.610)
Custos de transação				7.575.559	7.563.565

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

As parcelas classificadas no passivo circulante e não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Ano de vencimento		
Até 1 ano	1.324.853	1.061.035
De 2 a 3 anos	397.821	315.215
De 4 a 5 anos	307.076	326.400
Acima de 5 anos	5.654.941	5.983.525
	7.684.691	7.686.175
Custos de transação	(109.132)	(122.610)
	7.575.559	7.563.565

Em 30 de junho de 2026, as taxas de juros anuais sobre as dívidas são as seguintes:

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Dívidas em US\$ - acima de 7,0%	6.227.112	6.165.877
Dívidas em R\$ - 6,1% até 9,3%	299.730	328.144
Dívidas em R\$ - acima de 9,3%	1.157.849	1.192.154
	7.684.691	7.686.175
Custos de transação	(109.132)	(122.610)
	7.575.559	7.563.565

Garantias e outras obrigações

Os contratos de empréstimos e financiamentos da companhia são garantidos por instituições financeiras de primeira linha (fiança bancária), bem como também pelos acionistas controladores (*"Parent Company Guarantees"*, *"Standby Letters of Credit"* e depósitos à vista), além da alienação fiduciária dos bens e do fluxo de caixa de recebíveis.

Considerando que nos contratos de financiamentos há obrigações financeiras e não financeiras a serem cumpridas, destacam-se: (a) utilização da estruturação *"waterfall"* de contas correntes; (b) após o período de carência, composição de saldo mínimo em Conta Reserva em, no mínimo, 2 vezes o valor do último pagamento de serviço da dívida; (c) após atingimento do *"Completion"* Financeiro, manutenção do *"covenant"* de índice de cobertura da dívida (DSCR) acima de 1,3 para os contratos de financiamento BNDES e Bradesco e acima de 1,15 para os contratos CESCE; (d) apresentação dos demonstrativos de resultados auditados; e (e) manutenção dos seguros operacionais.

Os *"covenants"* foram atendidos em 30 de junho de 2026, considerando as regras dos contratos de financiamento vigentes junto ao Deutsche Bank, Natixis e BTG. A partir de julho de 2026 os *"covenants"* deverão ser atendidos considerando também as regras dos contratos de financiamentos vigentes junto ao BNDES e Bradesco.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

Efeito da conversão para reais

A taxa de câmbio do dólar norte-americano reduziu 5,92% no período, passando de R\$5,5024/US\$ em 31 de dezembro de 2025 para R\$5,1766/US\$ em 30 de junho de 2026, impactando o saldo da dívida em dólares norte-americanos que em 30 de junho de 2026 representava 81,03% do endividamento total.

Custos de transação

Os custos de emissão da dívida referem-se a honorários legais externos e a comissões de fianças bancárias. Esses custos foram lançados como redutores do passivo.

Refinanciamento da Dívida Sênior

Em 14 de abril e 02 de junho de 2021, a Companhia finalizou o 2º refinanciamento das dívidas “seniors” relacionadas aos contratos de financiamento junto aos credores BNDES e Bradesco, e CESCE/Natixis/BTG, respectivamente. Estes refinanciamentos incluíram, entre outros: (a) atualização do indexador de TJLP para TLP/IPCA; (b) extensão do período de carência de principal até 31 de dezembro de 2023; (c) extensão do prazo de vencimento até 15 de dezembro de 2036 para os contratos BNDES e Bradesco, e até 15 de dezembro de 2029 para os contratos CESCE/Natixis/BTG; (d) alteração da periodicidade de pagamento de amortização e juros de mensal para trimestral; (e) alteração do cronograma de amortizações de constante para não linear; (f) manutenção do mecanismo de “cash sweep” nos mesmos termos durante o período de carência e com limitadores relacionados ao nível de alavancagem e cronograma pré-refinanciamento após o período de carência; e (g) atualização de certos indicadores e “covenants”.

15. Títulos de remuneração variável (“royalties”)

Em fevereiro de 2014, IWL Holdings (Luxembourg) S.A.R.L. (“Trafigura”) e a EAV Delaware LLC (“Mubadala”), por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações, adquiriram o controle da Porto Sudeste, até então exercido pela MMX Mineração e Metálicos S.A. (“MMX”).

O contrato de investimento que regulou a aquisição do controle da Porto Sudeste pela Trafigura e pela Mubadala previa, entre outros, que a Companhia assumiria, direta ou indiretamente, obrigações relativas aos títulos de remuneração variável baseados em royalties de emissão da MMX, negociados na B3 S.A. - BRASIL. BOLSA. BALCÃO (“B3”) sob o *ticker* MMXM11 (“Títulos MMXM11”). Nesse contexto, a Porto Sudeste emitiu, em 26 de fevereiro de 2014, Títulos Perpétuos de Remuneração Variável (“TPRV”), em termos similares aos Títulos MMXM11 (“PORT11”), os quais foram integralmente subscritos na mesma data pela MMX. O contrato de investimento também previa a obrigação da MMX de realizar uma oferta de permuta, direcionada a todos os titulares dos Títulos MMXM11, por meio da qual a MMX adquiriria os Títulos MMXM11, e entregaria em contrapartida os Títulos PORT11, ou um outro valor mobiliário lastreado nos Títulos MMXM11 (“Oferta de Permuta”). Para implementação de tal Oferta de Permuta, foram utilizados dois veículos diferentes, de forma a atingir a totalidade dos detentores

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

dos Títulos MMXM11:

- (i) Porto Sudeste Royalties FIP-IE (“PSR”): um fundo de investimento em participações em infraestrutura, o qual, na ocasião da oferta, detinha em sua carteira, exclusivamente, Títulos PORT11 - sendo que cada Título PORT11 detido pelo PSR correspondia a uma quota. As quotas do PSR foram ofertadas para os titulares de Títulos MMXM11 que se enquadravam como investidores qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, e que não tinham restrições para deter quotas do PSR;
- (ii) Porto Sudeste V.M. S.A. (“Porto VM”): uma sociedade por ações com registro na CVM sob a categoria ‘b’ que emitiu um novo título de remuneração variável baseada em *royalties*, espelho do Título MMXM11 (os “Títulos PSVM11”), sendo tal título listado para negociação na B3 (ao contrário dos Títulos PORT11, que não são admitidos para negociação na bolsa). No âmbito da referida Oferta de Permuta, os Títulos PSVM11 foram ofertados para os detentores dos Títulos MMXM11 que (i) não se enquadrassem como investidores qualificados, ou (ii) tivessem restrições regulamentares para deter quotas de um FIP-IE - como é o caso de alguns fundos de investimento.

Como forma de endereçar a situação dos titulares de MMXM11 que eventualmente não aderissem à Oferta de Permuta, a MMX se manteve titular de Títulos PORT11 na mesma quantidade de Títulos MMXM11 não permutados.

Os detentores dos títulos PORT11 têm direito à remuneração variável trimestral, nos termos definidos na escritura de emissão dos Títulos PORT11 (“Royalties”), apurada desde primeiro de janeiro de 2013, calculada com base na tonelagem métrica de minério de ferro ou pelo Valor por Tonelada para demais cargas, conforme o caso, da seguinte forma:

$$R = [(TMMF \times VpTMF) + (TMOOC \times VpTDC)] \times FP$$

Em que:

R = royalties devidos em relação a cada trimestre do exercício social

TMMF = Tonelagem Medida de Minério de Ferro embarcada no Porto no respectivo trimestre

TMOOC = Tonelagem Medida de Outras Cargas embarcadas no Porto no respectivo trimestre

VpTMF = Valor por Tonelada para Minério de Ferro

VpTDC = Valor por Tonelada para Demais Cargas

FP = Fator proporcional

Para cargas de minério de ferro: os *Royalties* relativos às cargas de minério de ferro embarcadas no Porto em um determinado trimestre serão calculados considerando o valor de US\$5,00 por tonelada de minério de ferro (“Valor por Tonelada para Minério de Ferro”). Este valor será: (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

Para as demais cargas: os *Royalties* relativos às demais cargas que não sejam minérios de ferro (excluindo cargas não secas, tais como atividades de abastecimento) movimentados no Terminal Portuário (“valor por tonelada para demais cargas”) serão calculados com base na margem da carga. A “margem da carga” (a) significa a diferença entre o custo médio por tonelada (excluindo todos os itens não caixa) incorrido em relação aos serviços prestados pela Porto Sudeste relacionados a carga aplicável e o valor médio por tonelada efetivamente cobrado pela Porto Sudeste pelos serviços prestados em relação a tal carga; e (b) deve ser limitado, em qualquer circunstância, a US\$5,00 por tonelada embarcada. O valor limite ajustado de US\$5,00 por tonelada para a margem da carga deve ser (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Durante os exercícios de 2013 a 2016, o compromisso de *Royalties* do Porto Sudeste, relativos ao minério de ferro, foi o mínimo entre o volume embarcado em cada período e o volume de *take-or-pay* indicados na tabela abaixo:

Milhões de Toneladas - <i>Take or Pay</i>	2013	2014	2015	2016
TMMF	13,6	31,9	36,8	36,8

De 2017 em diante, o volume de minério de ferro gerador de *Royalties* (TMMF, na fórmula acima) deixou de estar sujeito a um *take-or-pay*, sendo, portanto, simplesmente o volume embarcado. Na tabela a seguir, é possível verificar a tonelage realizada pelo Porto Sudeste, sendo o início das operações em 2016, após o comissionamento realizado em 2015:

Milhões de Toneladas – Embarcadas	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026 YTD
TMMF	7,1	9,5	10,7	16,4	18,7	17,8	17,4	26,1	21,9	27,8	13,6
TMOC	-	-	-	-	-	-	0,1	-	-	-	-
Total	7,1	9,5	10,7	16,4	18,7	17,8	17,5	26,1	21,9	27,8	13,6

Como o volume embarcado de minério de ferro em 2016 foi menor do que o volume de *take-or-pay*, o compromisso de *royalties* está baseado neste segundo parâmetro.

Se, em um determinado trimestre civil, mediante o pagamento dos então correntes *Royalties*, o caixa livre detido pela Porto Sudeste for superior a US\$10 milhões (“Reserva Mínima de Caixa”), a emissora deverá usar os valores que excederem a Reserva Mínima de Caixa (“Caixa Livre Disponível”) para pagar aos detentores dos títulos os *Royalties* efetivamente acumulados e não pagos até tal momento (“*Royalties* Acumulados”).

Não há qualquer obrigação da Porto Sudeste de pagar *Royalties*, exceto se houver Caixa Livre detido pela emissora no último dia de tal trimestre civil e até o limite de tal caixa disponível. “Caixa Livre” significa o valor correspondente aos valores disponíveis em caixa da Porto Sudeste menos a soma de (a) valores contribuídos pelos acionistas da Porto Sudeste por meio de

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

aumento de capital ou empréstimo dos acionistas, na medida em que tais valores permaneçam como caixa disponível da Porto Sudeste, (b) conta reserva do serviço da dívida sênior do BNDES e da conta reserva do serviço da dívida sênior da CESCE, e (c) os valores de caixa provisionados pela Porto Sudeste em conjunto para IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e demais obrigações para as quais os auditores independentes da Porto Sudeste exijam provisionamento.

A Porto Sudeste contabiliza os Títulos PORT11 no passivo, com base no valor presente do fluxo de caixa projetado do pagamento dos *royalties*.

A Porto Sudeste V.M., por sua vez, contabiliza seu direito de receber os *royalties* no ativo, correspondendo à sua parcela sobre o valor dos títulos PORT11, e o respectivo pagamento aos detentores do PSVM11 no passivo.

Neste trimestre não houve geração de caixa suficiente para pagamento dos Royalties aos detentores dos Títulos PORT11.

A mensuração desses títulos PORT11 é efetuada de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no fluxo de caixa projetado dos desembolsos futuros relativos a estes títulos, descontando a taxa de custo do capital de 11,57% ao ano. Essas projeções baseiam-se no Plano de negócios da Porto Sudeste, que inclui premissas relacionadas ao crescimento das exportações de minério de ferro do quadrilátero de Minas Gerais, participação de mercado da Porto Sudeste, volumes de minério originados por minas pertencentes aos seus acionistas, operações com outros granéis sólidos e líquidos, expectativas de preços da *commodity*, entre outros.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Saldo Inicial (a)	20.428.782	22.485.186	20.428.782	22.485.186
Pagamentos (b)	(25.274)	(67.686)	(25.274)	(67.686)
Ajuste a valor presente (c)	1.098.221	2.268.811	1.098.221	2.268.811
Efeitos de inflação (d)	58.551	55.800	58.551	55.800
Revisão de premissas (e)	(33.329)	(1.856.187)	(33.329)	(1.856.187)
Efeito de conversão (f)	(1.212.402)	(2.457.182)	(1.212.402)	(2.457.182)
Amortização de custos de emissão	3	40	3	40
Total (g)	20.314.552	20.428.782	20.314.552	20.428.782
Circulante	-	18.516	-	18.516
Não circulante	20.314.552	20.410.266	20.314.552	20.410.266

- (a) Saldo Inicial de *Royalties* de US\$3.712.704 em 31 de dezembro de 2025, que convertidos para Reais totalizou R\$ 20.428.782;
- (b) Neste trimestre não houve geração de caixa suficiente para pagamento dos *Royalties* aos detentores dos Títulos PORT11;
- (c) Atualização do saldo do PORT11 a valor presente, correspondente ao efeito do ajuste decorrente da antecipação de um período dos títulos para valor presente, no segundo trimestre de 2026, no montante de US\$ 213.814 mil que, convertido para reais, totalizou R\$ 1.098.221 mil, reconhecido como despesa financeira no período;
- (d) Atualização correspondente a ajustes de US PPI na projeção financeira (efeitos inflacionários) no montante de US\$ 11.195, que convertidos para Reais totalizou R\$ 58.551 contabilizados como despesa no resultado financeiro;

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

- (e) Atualização do valor presente do PORT11, decorrente da revisão das premissas operacionais utilizadas na projeção financeira da Companhia. Como resultado dessa revisão, foi reconhecida uma despesa de R\$ 33.329 no resultado do período, registrada na rubrica de Outras Receitas (Despesas) Operacionais. Somado a outras despesas no montante de R\$ 3.489, o efeito total reconhecido nessa rubrica atingiu R\$ 36.817. O principal impacto da revisão das premissas decorre da redução do mix de volumes movimentados e dos preços de mercado projetados para 2026, quando comparados às estimativas originalmente consideradas.
- (f) Efeito das variações cambiais resultantes da conversão da moeda funcional Dólar norte-americano para a moeda de apresentação Reais que em 31 de dezembro de 2025 era de R\$5,5024 e 30 de junho de 2026 era de R\$5,1766 com uma desvalorização de 5,92%;
- (g) Saldo final apurado em US\$ 3.924.303, que convertidos para Reais totalizou R\$ 20.314.552.

Custos de transação

Os custos de emissão dos títulos, no montante total de R\$ 13.899 mil em 30 de junho de 2026 (comparado a R\$ 14.778 mil em 31 de dezembro de 2025), referentes a honorários legais externos e consultorias, foram lançados como redutores do passivo.

16. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
ISS	5.169	9.989	5.553	11.925
INSS terceiros	687	814	687	814
ICMS	1.180	2.798	1.180	2.798
IRRF	1.096	1.857	1.096	1.860
PIS e COFINS	20.412	15.146	20.461	15.269
Outros	33	269	1.723	1.774
	28.577	30.873	30.700	34.440
Circulante	12.173	17.496	14.296	21.063
Não circulante	16.404	13.377	16.404	13.377

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Partes relacionadas

Os ativos, passivos, receitas e despesas com partes relacionadas são resumidos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Ativos				
<u>Circulante</u>				
Mineração Morro do Ipê (a)	10.340	-	192.003	149.281
Trafigura PTE (b)	-	-	373.565	370.537
	10.340	-	565.568	519.818
<u>Não Circulante</u>				
Mineração Morro do Ipê (a)	868.297	864.401	868.297	864.401
	868.297	864.401	868.297	864.401
	878.637	864.401	1.433.865	1.384.219
Passivos				
<u>Circulante</u>				
Porto Sudeste Exportação (a)	316.849	127.239	-	-
Trafigura PTE (c)	-	1.867	-	-
	316.849	129.106	-	-
Receitas				
Trafigura PTE (b)	-	-	2.262.022	3.165.777
Mineração Morro do Ipê (a)	119.302	186.181	119.302	186.181
Porto Sudeste Exportação (a)	62.991	629.764	-	-
	182.293	815.945	2.381.324	3.351.958
Despesas				
Trafigura PTE (c)	6	-	25.992	10.066
	6	-	25.992	10.066

(a) Na controladora os saldos se refere a contratos de prestação de serviços portuários. No consolidado existe também o pagamento antecipado efetuado pela subsidiária Porto Sudeste Exportação à Mineração Morro do Ipê ("MMI"), referente à aquisição de minério de ferro a ser posteriormente exportado, após a mistura com minérios provenientes de outras mineradoras.

(b) Refere-se ao saldo de contas a receber da Trafigura Pte., originado das vendas de minério de ferro realizadas pela Porto Sudeste Exportação. Conforme previsto em contrato comercial vigente desde 2023, a totalidade das vendas da Companhia é direcionada à Trafigura Pte., resultando nos valores registrados a receber na data-base das informações trimestrais

(c) Conforme previsto no contrato de venda firmado com a Trafigura, a Porto Sudeste Exportação está sujeita a penalidades de sobre estadia (*demurrage*) decorrentes de atrasos nos embarques. Essas penalidades são formalizadas por meio de notas de débito, cuja apuração e liquidação estão sujeitas à concordância entre as partes. Adicionalmente, em 2025, havia um saldo a pagar pela PSB à Trafigura referente a serviços de tecnologia da informação prestados até 2023. Esse passivo foi integralmente liquidado em 2026.

Valores a receber da Mineração Morro do Ipê ("MMI")

Os valores a receber da MMI referem-se à prestação de serviços portuários realizados pelo Porto Sudeste e encontram-se com aproximadamente dois anos de atraso, em função das restrições de caixa decorrentes do atraso do *ramp-up* da nova usina Tico-Tico. A nova usina de Tico-Tico é

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

dedicada à produção de minério de ferro de alto teor destinado integralmente à exportação via Porto Sudeste. Os juros incidentes estão sendo calculados conforme previsto no contrato vigente de serviços portuários, com taxa média de 13% a.a. em 2026.

A conclusão da fase de *ramp-up* foi revisada e está prevista para 2028, momento em que está programado o início da liquidação desses saldos em aberto. Adicionalmente, a partir de primeiro de janeiro de 2026 foi obtida anuência para aditamento no contrato de prestação de serviços portuários entre a MMI e PSB modificando a tarifa portuária e alterando a taxa de juros, de forma prospectiva, sobre o saldo em atraso em 31 de dezembro de 2025, eliminando o spread de 10% a.a. então incidente sobre a SOFR.

Adicionalmente, conforme previsto no plano de negócios revisado e aprovado pelos acionistas, a MMI contará com suporte financeiro dos acionistas para investimentos em CAPEX e outras obrigações de curto prazo. A previsão conjunta entre as partes é de que a liquidação total dos valores ocorra em um prazo de cinco anos, com possibilidade de antecipação caso a geração de caixa operacional da MMI seja mais favorável do que o atual.

O incremento do saldo no consolidado refere-se a pré-pagamento efetuado pela subsidiária Porto Sudeste Exportação à MMI para compra de minério de ferro. Esses valores são renovados à medida que as entregas e exportações avançam mensalmente.

Cronograma de pagamentos

	<u>30/06/2026</u>
Ano de vencimento	
Até 1 ano	10.340
De 2 a 3 anos	318.905
De 4 a 5 anos	434.735
Acima de 5 anos	114.657
	<u>878.637</u>

Cessão e assunção de dívida

Conforme descrito na Nota 14, o Itaú Unibanco S/A - Nassau Branch cedeu todos os seus direitos e obrigações decorrentes de contrato de empréstimo para a PAV LUX S.À.R.L., empresa do grupo Mubadala, controlador em conjunto da Companhia. Dessa forma, a PAV LUX S.À.R.L. passou a deter 46,41% do valor total deste contrato, ou seja, US\$ 412.402 equivalentes a R\$ 2.134.840 em 30 de junho de 2026.

18. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram calculados à alíquota de 34%. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido, no entanto, esta compensação é limitada a

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

30% do lucro tributável de cada período de apuração.

A tabela abaixo demonstra os créditos fiscais diferidos, líquidos, da Companhia, não registrados, entretanto, contabilmente, considerando que o Porto ainda se encontra em período de *ramp-up* e ainda sem expectativa de geração de lucros tributáveis no curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
Impostos diferidos ativos (passivos)	1.953.627	1.838.849	2.006.324	1.891.829
Prejuízos fiscais	703.306	661.986	722.277	681.059
Base negativa de contribuição social				
Amortização da licença	188.148	175.323	188.148	175.323
Atualização dos <i>royalties</i>	706.120	482.978	706.120	482.978
Efeito no imobilizado e intangível oriundo da mudança de moeda funcional (a)	(1.414.129)	(1.804.297)	(1.414.129)	(1.804.296)
Variação cambial sobre os <i>royalties</i> e empréstimos (b)	1.171.939	1.689.710	1.163.602	1.681.554
Outros	18.751	19.747	21.975	22.149
Total de créditos fiscais diferidos (<u>não registrados contabilmente</u>)	3.327.762	3.064.296	3.394.317	3.130.596

(a) Considerando que a moeda funcional da Companhia é o Dólar e, ainda, a valorização do Dólar comparada ao Real em 2026, a base fiscal do imobilizado e intangível ficou significativamente inferior a respectiva base contábil, gerando, portanto, um passivo fiscal diferido.

(b) Embora a moeda funcional da Companhia seja o Dólar, para fins fiscais, a Companhia reconhece a variação cambial correspondente, cuja receita será tributada, ou despesa dedutível, quando da liquidação da obrigação.

b) Conciliação da despesa calculada pelas alíquotas fiscais e valores no resultado do período

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	1.689	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	126.702	1.185.827	126.359	1.170.325
	126.702	1.185.827	128.048	1.170.325
Reconciliação:				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.363.366)	(285.436)	(1.361.677)	(285.436)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(463.544)	(97.048)	(462.970)	(97.048)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	(873)	15.502	-	-
Juros <i>Thin Cap</i>	47.504	43.102	47.504	43.102
Ajustes de conversão do balanço em moeda funcional	543.633	1.221.802	543.633	1.221.802
Variação cambial	-	-	(181)	-
Provisão perda de estoque	-	-	822	-
Compensação prejuízo fiscal	-	-	(729)	-
Outros	(18)	2.469	(31)	2.469
Impostos diferidos <u>não registrados do período (a)</u>	126.702	1.185.827	128.048	1.170.325

(a) A Companhia e suas subsidiárias apuraram no período R\$ 126.359 de impostos diferidos não registrados contabilmente.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

19. Provisão de contingências

A Companhia e suas controladas em 30 de junho de 2026, possuem as seguintes contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas prováveis, as quais foram provisionadas:

	Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025
Contingências tributárias	619	6.712
Contingências trabalhistas	2.824	2.089
Contingências cíveis	408	-
Total	3.851	8.801

a) Tributárias

Refere-se, principalmente, a embargos de terceiros apresentados pela Porto Sudeste do Brasil em desfavor do Governo Federal (União) para recuperar um investimento de renda fixa (CDB) perante o Banco Itaú, que foi penhorado por uma ação iniciada pela União contra a MMX. Tal CDB foi comprado pela Porto Sudeste em conformidade a um contrato de compra de terreno celebrado pela Porto Sudeste para servir como garantia e pagamento contingente. Em outubro de 2025, foi proferida decisão final pelo STF desfavorável ao PSB, ocorrendo o trânsito em julgado do processo. O processo foi arquivado definitivamente em 20/02/2026, ocorrendo a reversão da provisão, no valor de R\$ 6.804. Entretanto, o PSB foi condenado ao pagamento de honorários sucumbenciais fixados em 10% sobre o valor da causa, totalizando R\$ 619 mil. O referido montante permanece provisionado, tendo em vista a possibilidade de execução da obrigação dentro do prazo prescricional de cinco anos, com termo final em novembro de 2030. Dessa forma, a contingência deve ser mantida até o encerramento do prazo prescricional.

b) Trabalhistas

Provisões referentes a ações judiciais e inquéritos cíveis trabalhistas movidos por ex-empregados próprios e de empresas terceirizadas prestadoras de serviço, que pleiteiam o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias diversas, relativas ao período de 2014 a 2026, no montante atualizado de R\$ 2.824 mil.

c) Cíveis

Provisão referente a ação indenizatória movida por morador da comunidade, na qual são alegados supostos danos estruturais em imóvel adquirido no âmbito do programa de realocação. Em primeira instância, foi proferida decisão desfavorável à Companhia, com condenação ao pagamento dos valores pleiteados pela parte autora. O processo encontra-se atualmente em fase recursal e possui provisão constituída no montante de R\$ 360 mil.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

Provisão referente a ação de constituição de servidão minerária ajuizada pela Pedreira Sepetiba. A demanda foi extinta por perda superveniente do objeto, em razão da suspensão das atividades da empresa, permanecendo apenas a condenação ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios com provisão constituída no montante de R\$ 48 mil.

Causas possíveis

Há 148 ações ativas indenizatórias movidas contra a Porto Sudeste e outras quatro empresas que atuam na região por grupos de pescadores residentes na área da Baía de Sepetiba, pleiteando supostos danos ambientais, em razão das fiscalizações realizadas pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Itaguaí no início do ano de 2021. Os processos foram distribuídos inicialmente para a 1ª e 2ª Varas Cíveis da Comarca de Itaguaí e para o 4º Núcleo de Justiça Digital - Ambiental. Em resumo, os autores alegam que as atividades desenvolvidas pelas rés teriam causado danos ao meio ambiente, em especial à qualidade da água na Baía de Sepetiba, o que prejudicaria as atividades de pesca desempenhada por eles. Cada pescador requer danos materiais e danos morais, além de outros pedidos ilícitos, tais como medidas de assistência comunitária e apoio à pesca. Em caso de decisão favorável aos autores, a responsabilidade ambiental é objetiva e solidária entre todos os réus. O valor total das ações ativas é de R\$ 105 milhões, considerando ações com 1 a 25 autores, sendo de aproximadamente R\$ 26 milhões o valor equivalente a Porto Sudeste, caso seja proferida sentença condenando todos os réus aos pedidos formulados pelos autores na mesma proporção, o que não é garantido em razão da responsabilidade objetiva e solidária explicada acima. Até o presente momento, dentre os processos que foram, de fato, apreciados pelos juízos competentes, foram proferidas 187 sentenças, dentro as quais apenas 23 foram proferidas sem resolução de mérito. As sentenças de mérito reconheceram em sua totalidade a improcedência dos pedidos formulados e o juiz concluiu pelo reconhecimento da ausência de comprovação de degradação ambiental ou de prejuízos à atividade pesqueira causados pelas rés. Também foram destacados pontos como a ausência comprovação da condição de pescador por parte dos autores, bem como a inexistência de comprovação de danos às atividades de pesca. Ainda, foi confirmado que existem pareceres técnicos do INEA juntados aos autos, os quais atestam a regularidade ambiental das atividades das rés, a existência de licenciamento ambiental vigente e a ausência de constatação de danos ambientais relevantes ou de influência negativa capazes de afetar a qualidade da água da Baía de Sepetiba. Além desses casos, foram proferidas 343 sentenças de extinção sem exame do mérito, em processos já arquivados, devido à consolidação de ações, ausência de pressupostos processuais básicos pelos autores e abandono de causas. Atualmente, os autores vêm interpondo recursos contra as sentenças favoráveis à PSB. Até o presente momento, foram proferidas 68 decisões colegiadas favoráveis, em sua maioria por votação unânime, e 8 decisões monocráticas favoráveis, por meio das quais os recursos foram desprovidos ou não conhecidos. Dentre essas 76 decisões, 54 já transitaram em julgado, tornando-se irrecuráveis. Ademais, foram proferidas 7 decisões nas quais o TJRJ determinou o retorno dos autos à 1ª instância para a realização de perícia ambiental, as quais ainda estão sujeitas a recurso por parte da PSB. Entretanto, recentemente, foi proferida decisão favorável à PSB em ação que reunia 804 autores

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

(Consolidada Silva Brandão), cujo valor envolvido totalizava aproximadamente R\$ 144 milhões. A sentença favorável transitou em julgado e a demanda foi extinta com resolução de mérito, restando pendente apenas o seu arquivamento formal. O risco das demais ações ainda é classificado como “possível” pelos advogados externos, em razão do número de recursos ainda pendentes de julgamento em segunda instância.

Adicionalmente, há a Ação Civil Pública ajuizada em maio de 2024 em face da Porto Sudeste e outras quatro empresas da região pela Colônia de Pescadores Z-14. Assim como nas ações indenizatórias individuais movidas por pescadores, a associação autora pleiteia indenização por supostos danos ambientais constatados em fiscalizações realizadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaguaí no início de 2021. Os pedidos compreendem indenização por danos materiais de R\$ 38 mil, danos morais de R\$ 20 mil e danos existenciais de R\$ 20 mil para cada pescador associado, estimado em aproximadamente 500 pescadores, o que representa valor envolvido potencial de cerca de R\$ 40 milhões. Considerando a existência de cinco rés na demanda, a parcela atribuível à PSB, em uma hipótese meramente estimativa de divisão igualitária da condenação, sem prejuízo da natureza solidária da responsabilidade pleiteada, corresponderia a aproximadamente R\$ 8 milhões. O Porto Sudeste e as demais rés nunca foram formalmente citadas para apresentar defesa. Recentemente, foi proferido despacho determinando que a Colônia Z-14 se manifestasse acerca do interesse no prosseguimento da ação, tendo a autora permanecido inerte. Aguarda-se, neste momento, manifestação do Juízo quanto ao prosseguimento ou eventual extinção do feito. Não obstante, considerando a ausência de decisão definitiva, o caso permanece classificado como de perda possível pelos assessores jurídicos da Companhia.

Há ainda um Auto de Infração e Imposição de Multa referentes à lançamentos de ofício, lavrados em 03 de janeiro de 2023, por meio do Auditor Fiscal da Secretaria da Receita Federal do Brasil, o qual exige no âmbito do respectivo Procedimento Fiscal, o pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, no montante de R\$ 7,8 milhões, e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), no montante de R\$ 2,8 milhões, ambas autuações relacionadas à supostos (i) omissões de receita decorrente de cancelamentos não comprovado de Notas Fiscais de vendas; e (ii) omissões de receita. Após a apresentação da impugnação administrativa, foi proferido acórdão que julgou parcialmente procedente para a empresa. Atualmente, aguarda-se a decisão do CARF em relação ao recurso voluntário interposto sobre o tema. O processo se encontra em análise pela contraparte e foi classificado pelos nossos advogados como “possível”.

Há também um procedimento arbitral instaurado em março de 2024 pela empresa Engeko contra o Porto Sudeste referente a realização de obras civis e drenagem de pátios. No curso da execução do contrato teriam surgido “diversas questões supervenientes” que supostamente teriam onerado a Engeko. O procedimento está em fase decisória e o valor envolvido é de aproximadamente R\$ 10 milhões que foi classificado como “possível”.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	31/12/2025	30/06/2026	31/12/2025
<u>Tributários (a)</u>	121.113	118.065	121.113	118.065
Principal	91.059	88.409	91.059	88.409
Juros	30.054	29.656	30.054	29.656
<u>Cíveis</u>	-	-	-	773
Principal	-	-	-	427
Juros	-	-	-	346
<u>Trabalhistas</u>	241	243	241	243
Principal	235	220	235	220
Juros	6	23	6	23
	121.354	118.308	121.354	119.081

- (a) Depósito em juízo mensal relativos à incidência do ICMS sobre as tarifas energéticas TUSD (Tarifa de uso do sistema de distribuição de energia elétrica e TUST (Tarifa de uso do sistema de transmissão de energia elétrica), pois, a Companhia com o auxílio dos assessores externos entende que esta tributação não é devida. Estes depósitos montam em aproximadamente R\$ 58 milhões, além de haver Depósito judicial com o objetivo de discutir a não inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS, assim como a ilegalidade dos pagamentos efetuados. A companhia realiza depósitos mensais conforme apuração para manter os valores resguardados, nos termos do art. 151, II, do CTN. Estes depósitos montam em R\$ 60 milhões.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Porto Sudeste tem a seguinte composição em 30 de junho de 2026:

Quotistas	Quantidade de quotas	R\$	%
PSA Fundo de Investimentos e Participações	1.103.528.450	3.128.124	99,35
Planck Investimentos Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura Responsabilidade Limitada (a)	6.336.766	17.946	0,57
Gaboard Participações Ltda.	876.275	2.520	0,08
Total	1.110.741.491	3.148.590	100

- (a) Em cumprimento ao Alvará de Autorização expedido nos autos do processo judicial nº 0405866-57.2016.8.19.00011 em trâmite na 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia registrou no dia 25 de junho de 2026 a transferência de 6.336.766 ações ordinárias emitidas pela Companhia e de titularidade da Porto Sudeste Participações S.A. (uma holding pertencente ao grupo MMX) para o Planck Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura Responsabilidade Limitada.

b) Ajustes acumulados de conversão

Representados pelo registro contábil das variações cambiais resultantes da conversão de

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

ativos, passivos e resultado da moeda funcional Dólar norte-americano para a moeda de apresentação Reais em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 02.

22. Receita líquida de bens e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Receita bruta prestação de serviço (a)	571.578	1.076.158	508.587	446.394
Receita bruta venda de minério (b)	-	-	2.262.022	3.165.777
Receita bruta venda de brita	-	-	-	90
	571.578	1.076.158	2.770.609	3.612.261
(-) Deduções sobre vendas				
ISS	(28.232)	(53.451)	(28.232)	(53.451)
PIS	(8.649)	(16.676)	(8.649)	(16.677)
ICMS	(3)	(92)	(3)	(111)
COFINS	(39.837)	(76.811)	(39.837)	(76.814)
Receita líquida	494.857	929.128	2.693.888	3.465.208

Visão geral das transações entre a PSB e a PSE:

A PSB detém o controle integral da PSE, empresa responsável pelas operações de exportação de minério de ferro. A tarifa portuária cobrada pela PSE é determinada com base na diferença entre o preço de exportação da carga e os demais custos incorridos para viabilizar o embarque do minério, incluindo custos operacionais, logísticos e tributários.

Efeito da recuperação de tributos no primeiro trimestre de 2025:

a) No período de outubro de 2019 a junho de 2024 (do quarto trimestre de 2019 ao segundo trimestre de 2024), a PSE incorreu em custos tributários relacionados às tarifas portuárias, os quais foram objeto de recuperação de tributos concluída em janeiro de 2025. O montante total recuperado, de aproximadamente R\$ 243 milhões, inicialmente reconhecido como outras receitas, foi integralmente convertido em tarifas portuárias da PSE para a Companhia. Em decorrência dessa recuperação, a Companhia reconheceu, em fevereiro de 2025, receita de tarifas portuárias no mesmo montante, correspondente ao valor retroativo das tarifas anteriormente pagas pela PSE. Considerando que se trata de transação entre partes relacionadas, eliminada no processo de consolidação, não houve impacto material nos resultados consolidados da Companhia. Ainda a PSB vem ampliando a prestação de serviços portuários diretamente às mineradoras com as quais mantém contratos de longo prazo.

(b) As receitas da PSE (atividade de comercialização) apresentaram redução no segundo trimestre de 2026, em função do menor volume movimentado, impactado pelas fortes chuvas ocorridas nos meses de janeiro e fevereiro, bem como pela redução dos preços de mercado, especialmente influenciados pelo aumento das tarifas de frete marítimo.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Custo dos produtos vendidos (*)	-	-	(2.152.854)	(2.804.345)
Custos com materiais	(38.848)	(35.630)	(38.848)	(35.801)
Provisão perda de estoque	-	-	3.675	(5.063)
Utilidades	(18.049)	(16.506)	(18.049)	(16.506)
Depreciação e amortização	(217.985)	(250.546)	(217.989)	(250.550)
Aluguel de equipamentos	(2.709)	(3.567)	(2.709)	(3.567)
IPTU e Seguros	(9.964)	(12.027)	(9.964)	(12.027)
Serviços com terceiros	(74.966)	(78.759)	(75.052)	(78.879)
Provisão de férias e decimo terceiro salário	(4.947)	(3.900)	(4.947)	(3.900)
Salários	(61.915)	(53.865)	(61.921)	(53.865)
Demurrage	-	-	(25.999)	(10.066)
Outros	(7.692)	(5.087)	(8.304)	(5.815)
	(437.075)	(459.887)	(2.612.961)	(3.280.384)

(*) Refere-se substancialmente ao minério de ferro comprado para revenda mais custos diretos, tais como frete ferroviário. Menor volume de compras no ano de 2026, devido às fortes chuvas de janeiro e fevereiro, além do aumento das tarifas de frete marítimo.

24. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Serviços com terceiros	(16.110)	(15.511)	(16.523)	(15.818)
Salários	(21.938)	(24.647)	(21.947)	(24.672)
Provisão de férias e decimo terceiro salário	(1.767)	(5.256)	(1.767)	(5.256)
Manutenção e conservação	(3.543)	(2.197)	(3.543)	(2.197)
Depreciação e amortização	(702)	(744)	(702)	(744)
IPTU e Seguros	(1.214)	(1.234)	(1.424)	(1.340)
Outros	(2.213)	(1.354)	(2.484)	(1.579)
	(47.487)	(50.943)	(48.390)	(51.606)

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas
30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2026	30/06/2025	30/06/2026	30/06/2025
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(220.224)	(182.380)	(261.929)	(235.277)
Juros sobre cliente partes relacionadas (a)	-	-	(5.157)	-
Despesas sobre operações financeiras	(5.306)	(7.323)	(5.373)	(7.463)
Ajuste a valor presente sobre <i>royalties</i> (b)	(1.098.221)	(1.120.161)	(1.098.221)	(1.120.161)
Efeitos inflacionários sobre <i>royalties</i>	(58.551)	(55.800)	(58.551)	(55.800)
Comissão de Fiança	(9.980)	(11.327)	(9.980)	(11.327)
Variação cambial (c)	(68.675)	(114.914)	(85.626)	(451.036)
Custo de Transação	(4.047)	(4.186)	(4.047)	(4.186)
Outros	(1.912)	(2.713)	(2.415)	(4.343)
	(1.466.916)	(1.498.804)	(1.531.299)	(1.889.593)
Receitas financeiras				
Juros sobre cliente partes relacionadas	15.819	38.299	15.819	38.299
Atualização depósito vinculado	7.266	954	7.266	954
Atualização depósito judicial	407	1.547	116	1.621
Rendimento de aplicações financeiras	513	8.216	8.077	13.396
Variação cambial (c)	31.990	7.285	68.817	339.118
Outros	10	325	173	3.649
	56.005	56.626	100.268	397.037
Resultado financeiro líquido	(1.410.911)	(1.442.178)	(1.431.031)	(1.492.556)

- (a) Juros de pagamentos antecipados da Trafigura para a PSE pela aquisição de minério de ferro. A PSE pode financiar essas transações comerciais por meio dos pagamentos antecipados da Trafigura (comprador único) similar as linhas de crédito para capital de giro junto a bancos comerciais (linhas ACC).
- (b) Efeito da atualização do valor presente do PORT11, decorrente do avanço de um período na projeção financeira utilizada para mensuração da obrigação. Esse ajuste reflete a redução do prazo para liquidação dos fluxos de caixa projetados, sendo reconhecido conforme a metodologia de cálculo do valor presente adotada pela Companhia.
- (c) Efeito da variação cambial no resultado refere-se à dívida denominada em reais brasileiros, considerando que a moeda funcional da Companhia foi alterada para o dólar americano em janeiro de 2016.

Conselho de Administração

Oscar Pekka Fahlgren - Presidente
William Kenneth Loughnan - Vice-Presidente
Jesus Fernandez López - Conselheiro
Kelly Michele Thomson - Conselheira
Matthew James Hadfield - Conselheiro
Leonardo Righi de Barros Cunha - Conselheiro

Diretoria

Jayme Nicolato - Diretor-Presidente
Guilherme Caiado - Diretor de Operações
Thiago Roldão - Diretor Financeiro

Flávio Ary de Oliveira Silveira
Contador
CRC-MG 095.168/O-9